
REVISTA TAKA'A

**Entre saberes ancestrais e vozes femininas: diálogos interétnicos e
resistências da AMISM na Manaus urbana**

**Between ancestral knowledge and women's voices: interethnic dialogues
and resistance by AMISM in urban Manaus**

Clodoaldo Matias da Silva

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

<https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>

cms.1978@hotmail.com

Aretusa Fraga Costa

Centro Universitário Dom Helder Câmara (CUDH)

<https://orcid.org/0009-0003-6831-7426>

aretusafraga2000@yahoo.com.br

Maria das Graças Maciel de Oliveira

Universidade Postegrado UniNorte (UniNorte)

<https://orcid.org/0009-0009-1529-9950>

educadoragracamaciel@gmail.com

Janderson Gustavo Soares de Almeida

Universidade Estácio de Sá (UNESA)

<https://orcid.org/0000-0002-7072-8561>

janderson.almeida@semed.manaus.am.gov.br

RESUMO

A pesquisa analisa a atuação da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM) na cidade de Manaus, com foco nas práticas de resistência cultural protagonizadas por mulheres indígenas em contexto urbano. Investiga-se como a AMISM articula ancestralidade, etnicidade e gênero como eixos interdependentes de produção territorial e política, diante das dinâmicas excludentes do espaço urbano. O estudo objetiva compreender as estratégias utilizadas pelas associadas para reafirmar suas identidades, reterritorializar cosmologias e disputar narrativas sobre pertencimento e cidadania. A investigação adota abordagem qualitativa de base

etnográfica, articulando observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise documental e revisão bibliográfica. O material empírico é tratado à luz de categorias analíticas vinculadas à antropologia aplicada, aos estudos interseccionais e às epistemologias indígenas. As práticas observadas revelam que a cidade não opera como espaço de ruptura, mas como território de reexistência simbólica, onde o corpo, a palavra e a memória se inscrevem como tecnologias políticas. A associação atua como dispositivo cosmopolítico de escuta, acolhimento e produção de visibilidade, organizando redes de solidariedade que sustentam a presença indígena na urbanidade. O protagonismo das mulheres Sateré-Mawé evidencia que a resistência não se dá apenas por meio do enfrentamento institucional, mas também, pelas práticas cotidianas que articulam saber tradicional e ação política. A pesquisa conclui que a AMISM desempenha papel fundamental na formulação de uma cidadania indígena urbana, em que ancestralidade, cuidado e agência feminina se entrelaçam como forças constituintes de novos modos de habitar a cidade.

Palavras-chave: Agência feminina. Ancestralidade. Etnicidade indígena. Migração urbana. Resistência cultural.

ABSTRACT

This research analyses the role of the Association of Sateré-Mawé Indigenous Women (AMISM) in the city of Manaus, focusing on cultural resistance practices led by Indigenous women in urban settings. It investigates how AMISM articulates ancestry, ethnicity, and gender as interdependent axes of territorial and political production within the exclusionary dynamics of urban space. The study aims to understand the strategies employed by the members to reaffirm their identities, reterritorialise cosmologies, and dispute narratives of belonging and citizenship. The investigation adopts a qualitative ethnographic approach, combining participant observation, semi-structured interviews, document analysis, and bibliographic review. The empirical material is analysed through analytical categories drawn from applied anthropology, intersectional studies, and Indigenous epistemologies. The observed practices reveal that the city does not operate as a space of rupture, but as a territory of symbolic re-existence, where the body, word, and memory are inscribed as political technologies. The association functions as a cosmopolitan device for listening, care, and visibility, organising solidarity networks that sustain Indigenous presence in urbanity. The protagonism of the Sateré-Mawé women demonstrates that resistance occurs not only through institutional confrontation but also through everyday practices that combine traditional knowledge and political action. The research concludes that AMISM plays a key role in shaping an urban Indigenous citizenship, in which ancestry, care, and female agency intertwine as constituent forces of new ways of inhabiting the city.

Keywords: Ancestry. Cultural resistance. Female agency. Indigenous ethnicity. Urban migration.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma análise sobre os diálogos interétnicos, as ancestralidades e as resistências articuladas pela Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM) na cidade de Manaus, com foco na atuação feminina indígena em territórios urbanos. A investigação parte da constatação de que as mulheres Sateré-Mawé vêm protagonizando ações político-culturais de afirmação étnica e ressignificação identitária, mesmo diante das estruturas opressoras da urbanização e da colonialidade. Nesse cenário, emerge a seguinte questão central: De que maneira a AMISM articula ancestralidade, gênero e etnicidade como formas de resistência indígena no espaço urbano manauara?

Sob essa perspectiva, o problema delineado ganha densidade ao ser confrontado com as múltiplas violências, simbólicas, raciais e territoriais, que afetam as populações indígenas em centros urbanos. O deslocamento territorial, a perda de vínculos comunitários e o apagamento das práticas cosmopolíticas tradicionais impõem desafios específicos às mulheres indígenas migrantes. A atuação da AMISM, nesse contexto, constitui-se como forma de insurgência contra a invisibilidade, utilizando o corpo feminino e o saber ancestral como eixos de reconstrução cultural e política. O estudo justifica-se, portanto, pelo compromisso ético de contribuir para o reconhecimento das epistemologias indígenas femininas na antropologia contemporânea.

Além disso, a pesquisa adquire relevância social ao valorizar trajetórias históricas silenciadas, ampliando o entendimento sobre as práticas de resistência vividas nas periferias de Manaus. Sob o ponto de vista acadêmico, dialoga criticamente com os campos da antropologia urbana, das epistemologias decoloniais e dos estudos de gênero interseccionais, promovendo deslocamentos teóricos importantes. Historicamente, contribui para visibilizar processos contínuos de territorialização indígena no meio urbano, contrariando narrativas que situam os povos originários apenas no espaço rural ou florestal. Juridicamente, tensiona os limites da cidadania e do reconhecimento legal das identidades coletivas e das lideranças femininas.

A literatura recente tem demonstrado um esforço crescente em compreender os deslocamentos indígenas e suas formas de organização nas cidades amazônicas, com especial atenção à multiplicidade de etnias, narrativas e práticas culturais. Em Manaus, esse fenômeno assume contornos singulares, dada sua condição de capital amazônica e de território fronteiriço entre cosmologias indígenas e dinâmicas metropolitanas. A presença indígena urbana, longe de

significar ruptura com a tradição, expressa reinvenções contínuas da ancestralidade por meio de práticas políticas, educativas e simbólicas que sustentam o pertencimento coletivo. Assim, o foco sobre a AMISM permite explorar tais reinvenções a partir de uma perspectiva de gênero e agência cultural.

A metodologia adotada articula etnografia urbana com análise documental e revisão bibliográfica de caráter qualitativo e interdisciplinar, foram realizadas observações de campo, registros de vivências em rodas de saber, oficinas e eventos organizados pela AMISM, além de entrevistas semiestruturadas com lideranças femininas. O *corpus* empírico foi complementado por fontes bibliográficas que tratam das cosmologias Sateré-Mawé, das formas de migração indígena para Manaus e da atuação sociopolítica das mulheres indígenas em contextos urbanos. A triangulação entre esses dados permitiu identificar padrões simbólicos e estratégias de resistência cultural emergentes no cotidiano das associadas.

A estrutura da pesquisa se organiza em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira trata das reconfigurações étnicas dos povos indígenas em Manaus e dos diálogos interétnicos urbanos. A segunda explora a agência das mulheres Sateré-Mawé na cidade, com foco nos saberes e práticas corporais. A terceira analisa a cosmologia e mitologia Sateré como estratégias de transmissão de saberes, e a quarta se debruça sobre a AMISM como prática política urbana. A conclusão retoma os principais achados, enquanto as referências apresentam os autores que subsidiaram teoricamente o estudo. Com isso, a pesquisa busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre gênero, etnicidade e resistência nas cidades amazônicas.

Reconfigurações Étnicas na Cidade: Índios Urbanos e Diálogos Interétnicos em Manaus

A presença de populações indígenas em áreas urbanas não pode ser compreendida como mero deslocamento espacial, mas como um processo denso de reorganização identitária. Nas periferias de Manaus, a migração dos Sateré-Mawé e de outros povos se articula com condições históricas de expropriação territorial, invisibilidade estatal e reconfiguração de pertencimentos. Em termos analíticos, isso exige superar as dicotomias entre urbano e rural, tradicional e moderno, nativo e estrangeiro. Segundo Bernal (2009), os deslocamentos para a cidade não rompem com as cosmologias indígenas, mas implicam reelaborações permanentes da agência étnica, tais reelaborações ocorrem em múltiplas dimensões da vida cotidiana.

Com efeito, torna-se relevante compreender como as territorialidades indígenas na cidade se expressam por meio de redes de sociabilidade, circulação de saberes e estratégias de visibilidade. No caso manauara, a construção de identidades coletivas passa por práticas discursivas, políticas e religiosas que marcam fronteiras simbólicas e negociam a diferença. Nunes (2010) propõe o conceito de “aldeias urbanas” como campo de disputa ontológica e política, onde a permanência da identidade indígena desafia lógicas hegemônicas de assimilação. As fronteiras étnicas tornam-se, assim, flexíveis, situadas e permeáveis à negociação, sem que isso signifique perda de ancestralidade, é nesse entre-lugar que se configuram os modos de ser indígena na cidade.

Nesse mesmo horizonte, a cidade de Manaus figura como um campo relacional marcado por disputas interétnicas e articulações políticas entre sujeitos indígenas e agentes institucionais. Ao serem inseridos em dinâmicas urbanas de exclusão e racialização, os povos indígenas constroem dispositivos próprios de enfrentamento simbólico e comunitário. Conforme Cardoso de Oliveira (1968), o “tribalismo urbano” é uma forma de inserção que preserva traços de coesão étnica, mesmo quando intermediada por estruturas sociais de classes. A cidade, nesse sentido, não dissolve a etnicidade, mas a reconfigura por meio de práticas que afirmam, adaptam e negociam pertencimentos, os processos interétnicos operam por fricção e mutualidade.

A partir dessas lentes, observa-se que os coletivos indígenas não apenas habitam o espaço urbano, mas o territorializam a partir de suas próprias epistemologias, o deslocamento para Manaus, ainda que frequentemente compulsório, engendra redes de solidariedade, produção de artefatos e saberes, bem como, rituais de pertencimento. Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009) apontam que, no caso dos Sateré-Mawé, a migração também implica reconfiguração dos laços de parentesco e da circulação do guaraná como marcador identitário. A cidade, por sua vez, aparece como espaço de disputa por reconhecimento e reterritorialização simbólica, nesse contexto, a memória coletiva se torna central para o enraizamento das práticas culturais.

Ainda no campo das mediações simbólicas, os processos de identificação indígena passam a operar em novos registros políticos e comunicacionais, as mulheres, especialmente, ocupam papel central na criação de estratégias de visibilidade, na manutenção dos rituais e na reinvenção de práticas cotidianas. Como ressaltam Silva et al. (2024), os diálogos de saberes entre indígenas e não indígenas se tornam fundamentais para a proteção do conhecimento

tradicional em contextos urbanos. Essa perspectiva reconhece o protagonismo das lideranças femininas na manutenção e adaptação das tradições. A agência feminina, portanto, emerge como componente crítico das territorialidades étnicas nas cidades.

Por outro lado, a cidade também impõe desafios estruturais que atravessam os corpos e saberes indígenas, sobretudo, quando se trata da disputa por direitos, a invisibilidade das populações indígenas nos registros censitários, a ausência de políticas públicas específicas e o racismo institucional configuram barreiras recorrentes. Bernal (2009) destaca que tais obstáculos não apenas ameaçam a continuidade cultural, mas também tensionam os mecanismos de pertencimento e legitimidade. Nesse contexto, o reconhecimento da identidade étnica não é dado, mas constantemente produzido em práticas de afirmação e resistência, é nesse campo de tensão que operam as práticas associativas, como as da AMISM.

Na intersecção entre políticas públicas e cosmologias tradicionais, os sujeitos indígenas constroem formas próprias de gestão do espaço urbano, nesse cenário, as associações e coletivos funcionam como mediadores entre o mundo institucional e as práticas culturais ancestrais. Nunes (2010) indica que a emergência de coletivos urbanos indígenas revela formas de reorganização interna que respondem às exigências do Estado, sem submeter-se integralmente a sua lógica. Essa ambivalência gera um campo fértil para a produção de estratégias identitárias e políticas. As instituições indígenas urbanas operam, assim, como dispositivos de articulação intercultural e resistência epistemológica.

Ao mesmo tempo, o caráter relacional da identidade indígena urbana obriga a repensar a própria noção de etnicidade como algo fixo ou essencializado. Cardoso de Oliveira (1968) já argumentava que a identidade é um processo fluido, que se constitui na interação social e nas situações concretas de diferença, isso implica que a identidade indígena em Manaus se manifesta por meio de performances, narrativas e marcas materiais de pertença, que resistem à homogeneização cultural. Tais performances incluem o uso de ornamentos, o idioma, as cerimônias e o discurso político, todos atualizados no cenário urbano, nesse sentido, a cidade é, campo e condição de reexistência.

Em relação às dinâmicas interétnicas, é necessário considerar que a convivência com outros povos e com a sociedade envolvente produz redes de alteridade complexas, Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009) salientam que o convívio interétnico no meio urbano é atravessado por práticas de tradução, conflito e negociação constante. A etnicidade, nesse ambiente, se constrói na enunciação e na reafirmação diante da diferença. Ao mesmo tempo, emerge um

vocabulário político que busca afirmar os direitos dos povos originários frente ao aparato estatal. Essa dimensão política é inseparável das formas culturais de expressão e das estratégias de reprodução simbólica das coletividades indígenas.

Por fim, comprehende-se que os territórios indígenas urbanos devem ser analisados como espaços de convergência entre cosmologias, políticas e materialidades em disputa. A partir da contribuição de Silva et al. (2024), é possível perceber que o saber tradicional, quando inscrito no contexto urbano, assume feições híbridas que articulam ancestralidade e contemporaneidade. Esse hibridismo é o que permite às comunidades indígenas recriar suas práticas e, ao mesmo tempo, reivindicar pertencimento no espaço da cidade. Essas reconfigurações, como se verá na próxima seção, expressam-se de modo singular na atuação das mulheres Sateré-Mawé, cujas ações ressignificam os sentidos de etnicidade, território e saber.

Saberes Ancestrais, Corpo Feminino e Agência Cultural: As Mulheres Sateré-Mawé na Cidade

A atuação das mulheres Sateré-Mawé em Manaus revela um campo de agência etnogênero que não se esgota nas fronteiras da tradição, mas que se reinventa nas brechas da urbanidade. O cotidiano feminino, tecido por práticas artesanais, narrativas orais e cuidados coletivos, constrói uma estética de resistência ancorada na ancestralidade. Como observa Sertã (2011), o fazer manual e o uso de ornamentos não operam como fetiches da diferença, mas como gestos políticos de reafirmação cultural. Tais práticas corporificam saberes intergeracionais e se projetam como tecnologias simbólicas de visibilidade indígena, a cidade, nesse sentido, é um território de mediação sensível.

Sob essa perspectiva, as práticas corporais das mulheres indígenas urbanas constituem linguagens políticas que tensionam a colonialidade inscrita nos espaços urbanos, as expressões estéticas do corpo, como ornamentos, vestimentas e tatuagens, materializam o pertencimento étnico e o gênero como eixos performativos. Chernela (2015) demonstra que o corpo feminino indígena em contextos urbanos atua como superfície simbólica onde se escrevem memórias, resistências e negociações com a alteridade. A corporalidade se torna, portanto, campo de enunciação política e de deslocamento discursivo frente às representações hegemônicas, nessas práticas, a ancestralidade se entrelaça com a reinvenção identitária de maneira orgânica.

A partir dessa articulação, a agência das mulheres Sateré-Mawé passa a ser compreendida como processo de atualização dos saberes cosmológicos no espaço urbano, tais atualizações não se dão por ruptura, mas por processos de tradução cultural entre mundos diversos. Como propõe Lasmar (2005), as mulheres indígenas mobilizam estratégias relacionais que lhes permitem circular entre territórios simbólicos e institucionais, preservando seus modos próprios de ser. A noção de agência, nesse caso, desloca-se do campo da autonomia individual para práticas coletivas de cuidado, memória e transmissão de conhecimentos, a cidade, portanto, é transformada em espaço ritualizado por tais práticas.

No mesmo horizonte analítico, torna-se indispensável considerar os saberes vinculados ao guaraná como núcleo estruturante da identidade Sateré-Mawé, a manipulação e o preparo da bebida tradicional, geralmente realizada por mulheres, não constitui apenas atividade econômica, mas prática cosmopolítica. Alvarez (2009) observa que o guaraná opera como marcador étnico e espiritual, articulando o passado mítico às dinâmicas do presente. Em contexto urbano, o saber sobre o guaraná ressignifica-se como ação de pertencimento, cuidado e resistência, ou seja, a prática feminina que envolve o guaraná é também gesto de inscrição territorial no corpo da cidade, mobilizando memória e pertencimento.

Cabe destacar, nesse ponto, que a reprodução cultural operada pelas mulheres não se limita à oralidade ou aos objetos materiais, mas inclui a transmissão de narrativas cosmológicas. As histórias contadas pelas mais velhas reconstroem os vínculos com o território originário e reconfiguram a infância indígena em contexto urbano. De acordo com Lorenz (1992), a contação de histórias entre os Sateré-Mawé constitui prática fundante de formação ética e subjetiva. Ao reinscreverem essas narrativas no espaço urbano, as mulheres atualizam os vínculos intergeracionais e mantêm viva a memória dos encantados, esse gesto pedagógico é simultaneamente político, cultural e ontológico.

A intersecção entre maternidade, cuidado e território também emerge como dimensão central da agência feminina indígena, o cotidiano das mulheres Sateré-Mawé se entrelaça à produção de afetos, redes de solidariedade e pedagogias não escolares. Como discutido por Silva et al. (2024), o diálogo entre saberes indígenas e científicos encontra nas práticas maternas um campo de escuta, trocas e experimentações. Essas práticas, desenvolvidas em espaços como feiras, oficinas e reuniões, operam como tecnologias culturais de pertencimento. O gesto de cuidar torna-se expressão de resistência frente à invisibilidade e ao epistemicídio urbano, a cidade, assim, é reconfigurada por afetividades ancestrais.

Do mesmo modo, o corpo feminino indígena carrega, em sua inscrição estética, uma cosmologia que ultrapassa os limites da representação, o adorno não é apenas símbolo; é também gesto de permanência e agência. Leacock (1968) argumenta que os aspectos econômicos e sociais da persistência Mawé derivam da capacidade de recriar vínculos em diferentes contextos. A ornamentação corporal, nesse caso, não responde a uma estética exótica, mas se afirma como código de identidade em meio à cidade hostil. A prática feminina, portanto, traduz cosmologias em gestos cotidianos, ressignificando o corpo como território simbólico e político.

Ainda nesse campo, é necessário reconhecer que a presença feminina indígena nas cidades não se reduz à reprodução da tradição, mas inaugura formas híbridas de expressão cultural, a hibridez não deve ser lida como perda, mas como potência de reinvenção. Sertã (2011) mostra que as mulheres indígenas em Manaus articulam elementos da tradição com linguagens contemporâneas, como artes visuais, moda e performance. Esses atravessamentos permitem a construção de discursos políticos que afirmam a presença indígena de forma crítica, a agência feminina, assim, desloca-se entre a cosmologia e o ativismo, entre a ancestralidade e a cidade.

Na perspectiva da antropologia feminista indígena, é imprescindível compreender a atuação da mulher Sateré-Mawé como produtora de territórios simbólicos e não apenas como transmissora de cultura. A cidade se torna o espaço onde a ancestralidade é performada e reinterpretada à luz de desafios contemporâneos, a presença feminina inscreve-se nos rituais urbanos como gesto político de reexistência. Chernela (2015) aponta que essa performatividade feminina revela uma matriz de poder baseada na reciprocidade e na ética do cuidado. Essas ações cotidianas são, portanto, epistemologias praticadas e vividas, não apenas representadas, o feminino emerge como força organizadora da resistência.

Assim, é possível vislumbrar que o conjunto das práticas culturais das mulheres Sateré-Mawé não apenas reafirma sua identidade, mas também, estrutura uma pedagogia indígena no espaço urbano. Essa pedagogia, fundamentada no fazer, no corpo e na oralidade, será aprofundada na próxima seção, dedicada à análise das cosmologias e mitologias Sateré. Nela, discutiremos como o mito se torna uma tecnologia de transmissão cultural, enraizando saberes e fortalecendo os vínculos com a ancestralidade. É nesse campo simbólico que a prática feminina ganha espessura política, revelando o poder da palavra encantada como fundamento da agência indígena nas cidades.

Cosmologias, Mitologias e Estratégias de Transmissão Cultural: A Persistência da Tradição Sateré-Mawé

A permanência da tradição Sateré-Mawé no espaço urbano depende da capacidade de reencenar mitos e cosmologias em contextos marcados por deslocamento e instabilidade. O mito, nesse cenário, deixa de ser apenas narrativa de origem para tornar-se instrumento prático de leitura do mundo e de organização do cotidiano. Conforme Uggé (1991), essas histórias não pertencem a um passado mítico encerrado, mas operam como códigos vivos que orientam ações, comportamentos e valores. A oralidade ritualizada assume papel central na recriação do pertencimento, na cidade, o mito é reinscrito nas práticas coletivas de mulheres que cuidam da memória.

Nesse sentido, os mitos funcionam como mediadores ontológicos entre as cosmologias indígenas e a lógica fragmentada da vida urbana. A complexidade dessas narrativas é expressa não apenas em seu conteúdo, mas na forma como são compartilhadas por meio da performance. Kapfhammer (2004) propõe o conceito de *mitopráxis* para designar a atualização ritual dos mitos como forma de ação política e de afirmação existencial. Essa atualização é particularmente operada pelas mulheres, que exercem papel central na mediação entre gerações, a transmissão simbólica não se limita à repetição, mas envolve reinvenção constante em contextos de vulnerabilidade.

Sob esse prisma, a cosmologia Sateré-Mawé não se apresenta como um corpo fixo de crenças, mas como uma ecologia de saberes articulados à vida e ao movimento, na sua pesquisa, Gell (1998) discute que os objetos e rituais indígenas operam como extensões da agência, transportando significados entre domínios simbólicos e sociais. Na cidade, os artefatos rituais e as palavras encantadas circulam como formas de enraizamento. A agência cosmológica feminina aparece, assim, como tecnologia de reinvenção territorial, onde o espaço urbano é reinterpretado à luz de narrativas de origem, trata-se de uma epistemologia que se move entre o visível e o invisível.

De maneira correlata, é necessário reconhecer que o mito não atua isoladamente, mas em articulação com práticas espaciais e temporais, a perspectiva de Ingold (2000) sobre a percepção ambiental ajuda a compreender que o conhecimento indígena não se dá por abstração, mas por imersão e experiência. O caminhar, o narrar e o gestuar são modos de

inscrever o mito no espaço vivido, na cidade, as mulheres constroem mapas afetivos guiados por essas narrativas, reterritorializando ambientes que antes lhes eram estranhos. Essas trajetórias são carregadas de significados herdados e, ao mesmo tempo, ressignificados pelo deslocamento.

Não obstante, a resiliência dessas cosmologias depende da capacidade de transmissão intergeracional, o que implica processos específicos de escuta e partilha, Albert e Ramos (2002) observam que o contato interétnico, especialmente, em zonas de fricção, exige estratégias discursivas refinadas para manter coesa a visão de mundo dos povos indígenas. No caso Sateré-Mawé, essa coesão é sustentada pela presença ativa das mulheres como narradoras e curadoras do tempo ancestral. O mito, aqui, não se submete à pedagogia escolarizada, mas propõe outra forma de ensinar e aprender, nesse horizonte, a oralidade não é ruína, mas instrumento de resistência.

A essa altura, é possível argumentar que as narrativas Sateré não apenas descrevem o mundo, mas o constituem continuamente, Pereira (1940) já apontava que o pensamento mítico entre os Maué operava em estruturas narrativas complexas, repletas de correspondências simbólicas com o corpo, a floresta e os ciclos cósmicos. Ao serem trazidas para o contexto urbano, essas narrativas ativam dispositivos de memória que ressignificam a cidade como lugar habitável. As mulheres que as transmitem não apenas relatam histórias, mas reencenam mundos, a pedagogia do mito, nesse contexto, se alia à agência política de afirmação étnica.

Conforme esse argumento se desenvolve, torna-se claro que a tradição mitológica exige também um suporte material, muitas vezes produzido ou manipulado pelas mulheres, Nimuendajú (1948) descreveu a importância dos objetos rituais no processo de constituição da identidade Sateré-Mawé, sugerindo que as formas materiais traduzem cosmologias inteiras. Na cidade de Manaus, esses objetos não desaparecem, mas assumem novas funções de demarcação cultural. A produção artesanal, além de garantir subsistência, funciona como extensão da narrativa mitológica, cada peça produzida evoca personagens, encantados e histórias que remontam aos ciclos originários da cultura.

Nesse sentido, a cosmologia Sateré-Mawé é mantida por meio de uma economia simbólica onde a oralidade, os gestos e os objetos coexistem. A performance feminina sustenta essa economia, articulando tempo, espaço e corpo numa linguagem ritualizada. Uggé (1993) insiste na potência educativa das histórias bonitas, nas quais o encantamento não é adorno, mas método de aprendizagem. Em Manaus, essas histórias continuam a ser contadas, não mais à

beira do rio, mas nas periferias e em espaços associativos. A palavra encantada adquire, então, um novo alcance, comunicando resistência e memória às margens da cidade.

Desse modo, o mito se torna estratégia adaptativa que não apaga sua origem, mas a ressignifica no presente urbano. O gesto narrativo feminino sustenta uma pedagogia de continuidade que desafia a lógica da fragmentação cultural. Tal gesto não opera apenas como transmissão de conteúdo, mas como ritual de escuta e partilha. Como demonstram Albert e Ramos (2002), a cosmologia indígena se recria nas situações de contato, sem perder sua densidade, a cidade, ao invés de romper a tradição, pode torná-la mais visível. Esse paradoxo será mais bem explorado na próxima seção, que trata da AMISM enquanto prática sociopolítica urbana.

Migração, Política e Resistência: A Experiência da AMISM como Prática Sociopolítica Urbana

A migração das mulheres Sateré-Mawé para a cidade de Manaus não pode ser compreendida apenas como deslocamento físico, mas como reconfiguração territorial, simbólica e existencial. Essa transição, em muitos casos forçada por pressões econômicas, ambientais ou conflitos fundiários, se dá sob condições adversas de recepção urbana. Teixeira; Mainbourg; Brasil (2005) apontam que a chegada à cidade implica atravessamentos marcados por etnicidade, gênero e classe. As mulheres, ao migrar, reconfiguram seus vínculos de pertencimento e criam redes de solidariedade que sustentam a permanência, a cidade, nesse processo, torna-se também território de reinvenção política.

À luz dessas transformações, observa-se que a criação de organizações indígenas femininas representa um marco no enfrentamento das estruturas de invisibilização urbana. A AMISM, nesse contexto, emerge como dispositivo associativo que articula ancestralidade, cuidado e ativismo. Como analisa Alvarez (2009), a experiência política urbana entre os Sateré-Mawé é permeada por tensões entre os mundos tradicional e moderno, exigindo estratégias de tradução cultural. A associação não se limita à representação política, mas opera como espaço de partilha de saberes e reorganização da vida coletiva, essa atuação revela um novo campo de agência baseado na pluralidade de vozes femininas.

Para além do espaço institucional, as ações da AMISM se estendem às práticas cotidianas de resistência, que incluem a pedagogia do corpo, a arte ritual e o saber alimentar,

Sertã (2011) demonstra que essas práticas não apenas reafirmam a identidade étnica, mas desestabilizam normas urbanas de higiene, aparência e consumo. As mulheres reocupam a cidade por meio de gestos performáticos e afetivos que desafiam a colonialidade do espaço público. A associação funciona como campo de escuta, acolhimento e reconstrução da autoestima coletiva, a resistência, nesse sentido, se expressa na micropolítica dos encontros e das partilhas.

Convém lembrar que o gênero opera como categoria organizadora das ações da AMISM, mas não de forma isolada, isso porque, o cruzamento entre etnicidade, classe e lugar evidencia um processo interseccional de resistência que subverte leituras homogêneas da experiência indígena. Conforme Lasmar (2005), as mulheres indígenas não apenas reproduzem papéis tradicionais, mas criam novas formas de protagonismo político. No interior da associação, esse protagonismo se manifesta nas decisões coletivas, nos rituais urbanos e nas articulações com movimentos sociais mais amplos, o ativismo, nesse caso, não é performado à parte da cosmologia, mas a partir dela.

Na mesma direção, a AMISM elabora estratégias de visibilidade que tensionam os regimes de representação impostos pela sociedade envolvente. Silva et al. (2024) apontam que o diálogo entre saberes indígenas e científicos é possibilitado pela escuta horizontal e pela valorização das epistemologias originárias. A associação participa de fóruns, encontros e espaços públicos onde mulheres indígenas compartilham saberes, reivindicam direitos e enunciam novas narrativas sobre a cidade. Essas falas produzem deslocamentos no campo institucional e político, ao mesmo tempo em que fortalecem os vínculos internos do grupo, nesse horizonte, a resistência discursiva se converte em ferramenta pedagógica e política.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas no meio urbano não cessam com a organização coletiva: racismo, misoginia e precariedade atravessam suas trajetórias, exigindo resiliência e capacidade de negociação. Chernela (2015) destaca que o corpo feminino indígena carrega múltiplas camadas de significados e é alvo constante de controle e violência simbólica. A atuação da AMISM, nesse ponto, também opera como espaço terapêutico, onde a dor e a memória são partilhadas e ressignificadas, o cuidado coletivo torna-se antídoto à fragmentação imposta pela urbanidade e pelas relações assimétricas de poder.

Não obstante, foi possível perceber que o ativismo da AMISM não se constrói apenas no enfrentamento, mas também na proposição de novos modos de vida, as ações da associação englobam projetos culturais, oficinas educativas e práticas de geração de renda que articulam o

saber tradicional ao contexto urbano. Alvarez (2009) ressalta que a política Sateré-Mawé urbana se caracteriza pela capacidade de mobilizar elementos ancestrais como recursos estratégicos de negociação. Isso não implica essencialização, mas reconhecimento da tradição como fundamento de ação presente, a ancestralidade se converte, assim, em instrumento de intervenção social.

Com efeito, o campo de atuação da AMISM ultrapassa os limites da comunidade e projeta-se na arena pública como forma de interlocução com o Estado e a sociedade civil, as mulheres indígenas articulam-se com outras organizações, constroem alianças e participam de redes que fortalecem sua atuação. Lasmar (2005) assinala que a presença indígena feminina em espaços públicos redefine os contornos da cidadania e questiona os marcos coloniais da política urbana. Esse deslocamento epistemológico é essencial para compreender as múltiplas formas de inserção dos povos originários na cidade, a AMISM não apenas ocupa espaço, mas reconfigura os sentidos desse espaço.

Na confluência entre memória e luta, a associação se firma como lugar de reinvenção territorial, onde a ancestralidade não se opõe à modernidade, mas a atravessa. A presença de mulheres Sateré-Mawé em Manaus, articuladas em torno da AMISM, desafia a ideia de que a cidade é espaço de apagamento indígena. Silva et al. (2024) sugerem que tais experiências constroem epistemologias do encontro, nas quais a resistência se enraíza no cotidiano e na palavra. A escuta, o rito e o cuidado tornam-se ferramentas de reexistência, o urbano, nesse contexto, é também território cosmopolítico.

Dessa forma, pode-se afirmar que a AMISM articula ancestralidade, gênero e etnicidade como formas de resistência indígena no espaço urbano manauara por meio de uma práxis interseccionais que entrelaça memória coletiva, ativismo feminino e agência ritual. A associação constrói territórios simbólicos que desafiam os dispositivos de invisibilidade e produz pedagogias de escuta que ressignificam o lugar da mulher indígena na cidade. Como revelam Chernela (2015) e Sertã (2011), essas práticas não operam à margem do urbano, mas intervêm criticamente em sua lógica, a AMISM, portanto, não apenas resiste: ela transforma o urbano em território de ancestralidade viva.

Considerações Finais

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa demonstraram que a atuação da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé em Manaus constitui uma experiência singular de agência interseccional, ancorada na ancestralidade, no pertencimento étnico e na produção coletiva de estratégias de reexistência. O espaço urbano, inicialmente lido como lócus de apagamento, mostrou-se, ao contrário, um território em disputa onde saberes, corpos e cosmologias indígenas são reinscritos. A hipótese de que a cidade seria apenas lugar de descontinuidade cultural não se sustentou frente às evidências de resistência ativa e criativa.

As respostas à questão de pesquisa evidenciam que a AMISM articula ancestralidade, gênero e etnicidade por meio de práticas político-cosmológicas que tensionam o cotidiano urbano e deslocam as fronteiras do reconhecimento. A associação atua como mediadora entre mundos, reconfigurando os significados de cidadania e pertencimento a partir de uma lógica própria, enraizada na memória coletiva. As práticas de cuidado, oralidade e arte ritual tornam-se dispositivos de visibilidade, traduzindo valores cosmológicos em estratégias de negociação política, a resistência, nesse contexto, assume forma plural e situada.

No plano teórico, os dados analisados contribuem para aprofundar os debates sobre identidades indígenas urbanas, agência feminina e reorganização de territórios simbólicos nas cidades. A pesquisa evidencia que o fazer indígena feminino não está restrito à reprodução cultural, mas inscreve-se como força produtora de epistemologias e práticas sociopolíticas. Tais contribuições tensionam categorias fixas da antropologia clássica, exigindo abordagens mais sensíveis às micropolíticas da diferença. O corpo, a fala e a escuta emergem como elementos centrais na formulação de uma antropologia aplicada, atenta às complexidades do mundo indígena contemporâneo.

No plano prático, os achados oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas sensíveis à presença indígena nas cidades, especialmente, no que se refere à garantia de direitos culturais, territoriais e de gênero. A experiência da AMISM revela a importância das organizações indígenas femininas como espaços legítimos de formulação de demandas e práticas autônomas. O reconhecimento dessas instâncias como sujeitos políticos plenos é condição para a efetividade de ações institucionais que não reproduzam lógicas de silenciamento. A construção de diálogo entre saberes tradicionais e instâncias do Estado torna-se, assim, tarefa urgente.

Com base nos desdobramentos observados, torna-se necessário fomentar novas investigações que ampliem a compreensão das redes de solidariedade entre mulheres indígenas em outros contextos urbanos. As práticas pedagógicas, as performances culturais e os processos de transmissão intergeracional carecem de maior sistematização etnográfica. Estudos que integrem abordagens colaborativas, com participação direta das lideranças, poderão aprofundar a escuta e a compreensão das múltiplas formas de reexistência em curso. A cidade, cada vez mais, se revela campo privilegiado para a emergência de novas configurações identitárias e ontológicas indígenas.

Diante disso, esta pesquisa reitera a relevância de investir em uma antropologia engajada, comprometida com a escuta e com a visibilização de experiências que desafiam paradigmas hegemônicos. O protagonismo das mulheres Sateré-Mawé urbanas projeta novos horizontes para pensar a política, o território e a ancestralidade em contexto de mobilidade e deslocamento. Ao lançar luz sobre suas práticas, a pesquisa contribui para fortalecer epistemologias indígenas no campo acadêmico e para promover formas mais equitativas de produção e circulação de conhecimento, trata-se, enfim, de reconhecer o direito de existir, narrar e transformar.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Pacificando o branco**. Cosmologias do contato norte-amazônico. São Paulo. Editora UNESP. 2002.
- ALVAREZ, Gabriel O. **Sateteria**: Tradição e Política Sateré-Mawé. Manaus. Editora Valer - CAPES/ Prodoc. 2009.
- BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos**: Processo de Reconformação das Identidades Étnicas Indígenas em Manaus. Manaus, EDUA. 2009.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo**: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora do Museu Nacional. 1968.
- CHERNELA, Janet. *Directions of Existence: Indigenous Women Domestics in the Paris of the Tropics*. In: **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, Vol. 20, No. 1, pp. 201–229. 2015.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon. 1998.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment. Essays on lilihood, dwelling and skill*. London & New York: Routledge. 2000.

KAPFHAMMER, Wolfgang. Do 'sateré puro' (Sateré sese) ao 'novo sateré' (Sateré pakup): mitopráxis no movimento evangélico entre os Sateré-Mawé. In: WRIGHT, Robin (Org.). **Transformando os deuses:** igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp. p.101-140. 2004.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao Lago de Leite:** Gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Editora UNESP/ISA; Rio deconsolidada: NUTI. 2005.

LEACOCK, S. *Economic and social factors in Mawe persistence.* Berkeley, University of California, Ph. D. dissertation. 1968.

LORENZ, Sônia da Silva. **Sateré-Mawé:** os filhos do guaraná. São Paulo: Publicação do Centro de Trabalho Indigenista. 1992.

NIMUENDAJÚ, Curt. *The Maué and Arapium.* In: STEWARD, Julian H. (org.). **Handbook of South American Indians.** vol. 3.. p. 245-254, Washington: United States Government Printing Office. 1948.

NUNES, Eduardo S. “**Aldeias urbanas ou cidades indígenas?** Reflexões sobre índios e cidades”. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

PEREIRA, Nunes. **Ensaio de etnologia amazônica sobre uma peça etnográfica dos Maué.** Cadernos Terra Imatura, Belém. 1940.

SERTÃ, Ana Luisa A. M. **Fazendo colares, tecendo redes:** mulheres indígenas na cidade de Manaus. (Relatório de Iniciação Científica) São Paulo: USP. 2011.

SILVA, Clodoaldo Matias da; SILVA, Karla Emilia Furtado e; SOARES, Sandra Luana; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares. *Dialogue of knowledges: the importance of the partnership between scientists and indigenous peoples for the preservation of traditional knowledge.* **Delos: Desarrollo Local Sostenible**, v. 17, p. 1-10, 2024.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne; BRASIL, Marília. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, vol. 22, nº 57, Salvador. 2009.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne; BRASIL, Marília. (Org.) **Sateré-Mawé:** retrato de um povo indígena. Manaus: UNICEF/FNUAP. 2005.

UGGÉ, Enrique. **Mitología Sateré-Maué.** Quito/Roma. Ed. Abya-Yala/ Mov. Laico para América Latina. 1991.

UGGÉ, Enrique. **As bonitas histórias Sateré-Maué.** Manaus: Secretaria da Educação e Cultura do Amazonas. 1993.

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio

ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito dever ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.



Recebido em 13 de julho de 2025

Aprovado em 20 de agosto de 2025

Publicado em 25 de agosto de 2025